



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO

ANALYSIS OF THE WORK AND EMPLOYMENT SITUATION IN MOZAMBIQUE, IN THE CITY OF MAPUTO

ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN DEL TRABAJO Y EMPLEO EN MOZAMBIQUE, EN LA CIUDAD DE MAPUTO

Anísio Jorge Jeque¹

e493931

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.3931>

PUBLICADO: 09/2023

RESUMO

No presente estudo procurou-se fazer o diagnóstico situacional sobre o trabalho e emprego em Moçambique e cidade de Maputo, permitiu-se identificar as diferentes práticas e discursos desenvolvidos envolta da situação do trabalho e emprego nas diversas atividades de empregabilidade, a pesquisa baseou-se na perspetiva teórica de interacionismo simbólico defendida por Margaret Mead (1973) que tem como objetivo analisar a forma, o nível de interação e as motivações dos jovens em optar pelo comércio informal, o não acompanhamento na dinâmica do sector formal, o aumento da força de trabalho, possibilitando perceber que os jovens partilham discursos e práticas no quotidiano que são motivados pelo desemprego e a conseqüente falta de opções. A abordagem metodológica do presente estudo é tomando em consideração aquilo que são as inquietações sociais e atitudes em relação ao trabalho e emprego na cidade de Maputo, com vista a despertar o sector formal a dar solução de emprego a jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Informalidade. Emprego em Moçambique.

ABSTRACT

In the present study, an attempt was made to make a situational diagnosis about work and employment in Mozambique and the city of Maputo, allowing the identification of the different practices and discourses developed around the situation of work and employment in the various employability activities, the research was based on in the theoretical perspective of symbolic interactionism defended by Margaret Mead (1973) which aims to analyze the form, the level of interaction and the motivations of young people in opting for informal trade, the non-follow-up in the dynamics of the formal sector the increase in the workforce, made it possible to understand that young people share discourses and practices in everyday life that are motivated by unemployment and the consequent lack of options. The methodological approach of the present study is taking into account what are the social concerns and attitudes towards work and employment in the city of Maputo, with a view to awakening the formal sector to provide employment solutions for young people.

KEYWORDS: Work. Informality. Employment in Mozambique.

RESUMEN

En el presente estudio se intentó realizar un diagnóstico situacional sobre el trabajo y el empleo en Mozambique y la ciudad de Maputo, permitiendo identificar las diferentes prácticas y discursos desarrollados en torno a la situación del trabajo y el empleo en las diversas actividades de empleabilidad, la investigación se basó en la perspectiva teórica del interaccionismo simbólico defendida por Margaret Mead(1973) que pretende analizar la forma, el nivel de interacción y las motivaciones de los jóvenes al optar por el comercio informal, la falta de seguimiento en la dinámica del sector formal el aumento de la fuerza laboral, permitió comprender que los jóvenes comparten

¹ Universidade Eduardo Mondlane.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

discursos y prácticas en la vida cotidiana que están motivados por el desempleo y la consecuente falta de opciones. El enfoque metodológico del presente estudio es tener en cuenta cuáles son las preocupaciones y actitudes sociales hacia el trabajo y el empleo en la ciudad de Maputo, con miras a despertar el sector formal para brindar soluciones laborales a los jóvenes.

PALABRAS CLAVE: Trabajo. Informalidad. Empleo en Mozambique.

INTRODUÇÃO

O estudo dos mercados de trabalho em Moçambique tem sido dominado por lacunas teórico-metodológicas. A criação do emprego formal tem sido marcante nas intenções de políticas públicas sem uma discussão do que significa emprego e, mais amplamente, trabalho nas condições socioeconômicas específicas do país. Isto é problemático, pois inibe o entendimento de padrões e dinâmicas fundamentais dos mercados de trabalho, de que o emprego é uma das várias formas de trabalho (que também inclui o trabalho não monetário).

O emprego e o trabalho devem ser abordados num quadro amplo de reprodução social. O estudo dos mercados de trabalho em Moçambique deve incluir o trabalho não remunerado, que tem sido parte fundamental da reprodução da força de trabalho e acumulação do capita humano. Esta questão continua a não receber a devida atenção e pode comprometer a formulação e efetividade das políticas públicas sobre emprego, pobreza e desenvolvimento nas grandes cidades Moçambique, em particular na cidade de Maputo.

Emprego é uma palavra chave nas políticas públicas em Moçambique, frequentemente usada para justificar políticas e estratégias para projetos de investimento. O Plano Quinquenal do Governo, (PQG 2015-19) (GdM, 2015) enfatiza a prioridade de criar emprego como caminho para a redução da pobreza. Paradoxalmente, ou não, os mecanismos de criação de emprego decente, mais produtivo e que efetivamente promova o desenvolvimento da sociedade e das pessoas, permanecem não discutidos. Por um lado, há um pressuposto, implícito, que ter uma ocupação ou um emprego automaticamente se reflete em redução da pobreza, sejam quais forem as condições em que essa ocupação ou emprego sejam realizados.

A análise da situacional sobre trabalho e emprego em Moçambique e na cidade de Maputo surge através da inquietação e de uma análise da situação do trabalho formal que não está a absorver a força de trabalho recém-formada pelas universidades que o país dispõe. O PQG (2015-19) afirma que a expansão da produção de mercadorias agrícolas semi-processadas para exportação será a forma principal de gerar emprego, sem consideração nem pela base da rentabilidade dessa indústria assente na remuneração da força de trabalho abaixo dos seus custos de reprodução. O'Laughlin (1981) aponta que nem para o facto de a concentração na monocultura de plantações deixar a economia, os camponeses e os trabalhadores à mercê da instabilidade, imprevisibilidade e volatilidade dos mercados internacionais dessas mercadorias, efeitos esses que são bem conhecidos pela economia moçambicana além disso, há fortes indícios de as plantações estarem a mecanizar



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

partes do seu trabalho e a informatizar o emprego o mais possível, porque as estruturas de (produção, distribuição e luta de classes) assim o exigem e permitem.

A inflação desproporcional dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade, que refletem-se na perda de poder de compra com o salário auferido, portanto, não é claro nem evidente que a promoção da economia de plantações, em monocultura, promova emprego sustentável, decente, que contribua, desse modo, para a redução da pobreza e desenvolvimento das condições de vida da classe trabalhadora, havendo a necessidade do acompanhamento da dinâmica do crescimento acentuado da força de trabalho jovem.

O objetivo geral da presente pesquisa é de analisar os aspetos conceptuais da política de emprego formal e a relação com a política da população assim como os objetivos específicos que são nomeadamente (i) identificar a maneira como a política de emprego é abordada, (ii) identificar os fatores que contribuem para a não criação de emprego na cidade de Maputo. (iii) estabelecer ações que visam a mitigar a criação de oportunidades de emprego no contexto económico e sociopolítico na cidade de Maputo.

CONTEXTO TEÓRICO

Aspectos gerais

O presente artigo traz a lume a importância da Organização Internacional do Trabalho, afirmando que sua criação derivou do movimento de internacionalização do Direito do Trabalho, que visava a universalização das ideias relacionadas com o trabalho, pugnando por uma justiça social.

A Primeira Guerra Mundial produziu profundas modificações na posição e no peso da classe trabalhadora das potências aliadas. A trégua social e cooperação que se estabeleceu na Europa ocidental entre os dirigentes sindicais e os governantes, os grandes sacrifícios suportados especialmente pelos trabalhadores e o papel que desempenharam no desenlace do conflito, as promessas dos homens políticos de criarem um mundo novo, a pressão das organizações obreiras para fazer com que o Tratado de Versalhes consagrasse as suas aspirações de uma vida melhor, as preocupações suscitadas pela agitação social e as situações revolucionárias existentes em vários países, a influência exercida pela Revolução Russa de 1917, foram factores que deram um peso especial às reivindicações do mundo do trabalho no momento das negociações do tratado de paz. Estas reivindicações expressaram-se, tanto em ambos os lados do Atlântico como em ambos os lados da linha de combate, inclusive durante os anos de conflito mundial. Ao final da guerra, os governos aliados, e principalmente os governos francês e britânico, elaboraram projetos destinados a estabelecer, mediante o tratado de paz, uma regulamentação internacional do trabalho. Com base na nota anterior, não podemos deixar de focar a busca da Justiça Social entre os povos, condição básica para a manutenção da paz internacional, e para tanto, foi criado um Organismo de carácter supranacional que buscase o fim colimado e, assim, nasceu a Organização Internacional do Trabalho.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

¹Como dito anteriormente, no início do século XX, próximo ao término da I Guerra Mundial, foi criada a Conferência de Legislação Internacional do Trabalho, com a finalidade de realizar estudos iniciais para a “regulamentação internacional do trabalho”. A dita Comissão foi constituída com representantes dos Estados Unidos da América, da França, da Inglaterra, do Japão, da Bélgica, da Itália, da Checoslováquia, da Polônia e de Cuba, tendo sido eleito seu presidente Samuel Gompers, dos Estados Unidos.

Verificou-se que as diferenças tinham relação com o intervencionismo estatal, valendo afirmar que as delegações da França e da Itália realçavam o papel dos Governos no funcionamento do organismo e na conseqüente evolução das leis de proteção ao trabalho, os norte-americanos preferiram atribuir aos empregadores e trabalhadores os maiores ônus na solução dos seus próprios problemas. Para os ingleses as duas propostas anteriores eram extremadas, motivo pelo qual deveria prevalecer uma posição intermediária.

²O órgão de cúpula da Organização Internacional do Trabalho é a Conferência Internacional do trabalho, tendo uma composição tripartida, significando dizer que nela há dois representantes governamentais, um dos empregadores e outro dos empregados, sendo a escolha de seus membros realizada na forma mencionada no item anterior. Na conferência estes representantes podem estar assistidos por Conselheiros Técnicos, até o máximo de dois para cada ponto da ordem do dia.

A reunião da Conferência ocorre anualmente, por aproximadamente três semanas do mês de junho, em Genebra, salvo quando se trata de questões de trabalho marítimo, que justificam uma Segunda reunião anual. Ela tem função normativa, competindo-lhe a discussão e adoção dos instrumentos próprios, isto é, as convenções e recomendações, além do controle das convenções ratificadas. Há ainda o relatório do Diretor Geral que é examinado com o objetivo de relatar problemas nacionais, tudo para fornecer novos subsídios ao Conselho de Administração e aquele Diretor na elaboração de novas metas.

³A Constituição da Organização Internacional do Trabalho em seu art. 1º dizia que era uma organização permanente de caráter internacional “encarregada de trabalhar pela realização do programa exposto no preâmbulo desta constituição e na declaração referente aos fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho, adotada em Filadélfia a 10 de maio de 1944.

Em 1946, o enunciado acima foi revisto, e assim, a partir de então, as finalidades da OIT correspondem ao que expressamente proclamam o preâmbulo da sua Constituição e a referida Declaração, sendo certo que este último instrumento ampliou consideravelmente o objeto do Direito Internacional do Trabalho, e em conseqüência, o campo de atuação da OIT, a quem atribuiu expressamente, competência para tratar de questões que visem à justiça social, no seu mais largo conceito, tendo em vista o progresso material e espiritual do ser humano, em condições de liberdade e dignidade, com segurança econômica e iguais oportunidades.

¹ VALTICUS, Nicolas, apud Süsskind, Arnaldo. Direito Internacional do Trabalho, São Paulo, Ltr, 2ª ed., p. 52

² Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VII, Nº 9 - Dezembro de 2006

³ MORAES FILHO, Evaristo. Introdução ao Direito do Trabalho. São Paulo, Ltr., 8ª ed., 2000, p. 227.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

Em África, 200 milhões de pessoas têm idades entre os 15 e os 24 anos, o que representa mais de 20% da população. A população de África está em rápido crescimento e está a conhecer uma transição demográfica lenta, o que vai aumentar a pressão para a criação de empregos, sentida pelos países. A grande maioria dos jovens vive em zonas rurais e trabalha sobretudo na agricultura, onde representam 65% do total do emprego. Mas os jovens não são um grupo homogéneo, e as suas perspetivas de emprego variam de acordo com vários fatores, que vão da região, ao género e à escolaridade, o que requer diferentes políticas de intervenção. No entanto, o indivíduo africano mediano jovem é fácil de caracterizar: é do sexo feminino, tem 18,5 anos de idade e vive numa zona rural, é alfabetizada, mas não frequenta uma escola.

- Os jovens perfazem 37% da população em idade laboral, mais 60% do total de desempregados.
- O desemprego juvenil é muito mais prevacente nas áreas urbanas.
- Os jovens das áreas rurais trabalham mais horas e dedicam muito mais tempo a tarefas domésticas.
- A juventude rural ligada à agricultura está em desvantagem quando comparada com os que têm atividades não agrícolas.
- A juventude urbana tem mais oportunidades educativas e frequenta a escola durante mais tempo.
- Os jovens têm índices mais elevados de desemprego, subemprego e aparecem mais concentrados no sector informal que os adultos.
- Os jovens têm maior probabilidade de ter que trabalhar mais horas, em condições de trabalho intermitente e sem garantias, caracterizado por baixa produtividade e magros salários.
- As raparigas trabalham mais horas que os rapazes, têm mais probabilidades de estarem em subemprego e mais probabilidades de se verem afastadas da força de trabalho.
- Os jovens começam a trabalhar muito cedo (um quarto das crianças entre os 5-14 anos trabalha) especialmente nas áreas rurais.
- Os jovens migrantes têm mais probabilidades de estarem desempregados e fora da força de trabalho que os seus congéneres não migrantes.
- Entre os jovens, as mulheres e os rurais enfrentam maiores dificuldades especialmente devido à maternidade precoce e à falta de oportunidades educativas e de emprego.

As condições mais desfavoráveis e a falta de oportunidades em zonas rurais, têm encorajado os jovens a migrar para os centros urbanos. Mas dado que a maioria dos países ainda não iniciou a sua transição para a industrialização, os centros urbanos não conseguem criar um elevado número de empregos. Assim, no curto prazo, só as atividades rurais, agrícolas e não-agrícolas, podem efetivamente criar ocupação para quem começa à procura de emprego.

Face aos desafios que os jovens encontram nos mercados de trabalho, o sucesso na busca de empregos para os jovens vai necessitar de ações a longo prazo, concertadas, abrangendo um largo espectro de políticas e de programas. Efetivamente, não há margem para alcançar e sustentar o sucesso com intervenções fragmentadas e isoladas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

Uma regra abrangente para encarar o desafio do emprego jovem é a necessidade de uma estratégia integrada para o desenvolvimento, crescimento e criação de emprego a nível rural – contemplando tanto o lado da procura como o da oferta do mercado de trabalho e a mobilidade dos jovens das zonas rurais para as urbanas – a par de intervenções desenhadas para ajudar os jovens a superar desvantagens e entrar e permanecer no mercado de trabalho. Um inventário de intervenções concebidas para integrar os jovens no mercado de trabalho sugere que as abordagens abrangentes, multi-serviços, tendem a ter melhores resultados que intervenções fragmentadas.

Na América Latina, os Programas Jovens, por exemplo, têm sido largamente considerados como uma história de sucesso na ajuda a jovens trabalhadores em países em desenvolvimento. Utilizam um modelo direcionado à procura, que tem por alvo os jovens economicamente desfavorecidos, fomenta a participação do sector privado e promove a concorrência entre fornecedores de formação. Tem tido sucesso na melhoria das colocações e salários, mas tornou-se bastante dispendioso para alguns países, onde foi substituído por intervenções de dimensão menor e mais direcionada.

A agricultura moderna tem um considerável potencial de criação de emprego e riqueza, e pode absorver vastos números de potenciais migrantes ou de jovens que presentemente afogam as cidades em subemprego. Uma escolha bem equilibrada de investimentos de emprego intensivo na agricultura e em atividades rurais não agrícolas pode criar oportunidades imediatas de emprego a curto prazo que podem mais facilmente ser aproveitadas pelos jovens. Em conjugação com estratégias locais adequadas de desenvolvimento económico, pode gerar mais, e mais sustentável emprego. São necessárias estratégias que façam da agricultura uma opção suficientemente atraente para a juventude, inclusive ultrapassar a agricultura de subsistência e introduzir a comercialização e melhoramentos de produtividade através de mudanças tecnológicas e de infraestruturas de apoio.

Ao criar oportunidades de emprego e de educação, as zonas rurais podem aumentar o seu interesse para os jovens trabalhadores e eventualmente abrandar a migração rural urbana que é um problema crítico, se os governos pretendem moderar e evitar que o desemprego e o subemprego jovem urbano cresçam e que se deteriore o bem-estar nas já muito congestionadas cidades africanas. Investir na educação rural contribuirá também para criar melhores oportunidades de êxito para os que migram e para o crescimento económico das cidades. Para além de expandir as oportunidades de emprego rural, é também necessário melhorar o investimento e os ambientes macroeconómicos; encorajar e apoiar o empreendedorismo e o sector informal; melhorar o acesso à educação e a competências; procurar resolver as questões demográficas, incluindo a maternidade precoce; lidar com o problema da juventude em cenários de violência e pós-conflito; e melhorar as condições do mercado de trabalho. Estas são as mais urgentes respostas políticas para fazer frente, de um modo sustentável, às questões do emprego jovem em África.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

SITUAÇÃO DO TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE

Planificação, produtividade, cultura do trabalho e os seus determinantes

⁴Uma preocupação do Plano Quinquenal do Governo (PQG) é o aumento da produtividade na agricultura, incluindo tanto a familiar como a comercial especializada. Embora tenha havido particular incidência nas dimensões sociais da pobreza, nos anos que se seguiram à assinatura do Acordo de Paz em 1994, a tónica da política e planificação de desenvolvimento em Moçambique voltou a ser o combate à pobreza através do aumento da produção e da produtividade. O sinal desta mudança no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e no PQG 2010-2014 foi a associação do combate à pobreza com a promoção de “uma cultura do trabalho”; este slogan deveria orientar tanto o desenvolvimento económico, como o humano e social. Ao longo dos anos, a expressão “promover uma cultura do trabalho”, especialmente nas zonas rurais, tornou-se um bordão do discurso da política de desenvolvimento em Moçambique, embora a sua importância tenha diminuído significativamente no PQG (2015).

Apesar disso, o presente trabalho volta à crítica do conceito, iniciada por Chichava (2009), por duas razões: em primeiro lugar, porque, em pesquisa rural recente para o IESE, ouvimos a expressão usada frequentemente na linguagem do dia-a-dia por gestores de empresas, líderes sindicais, e também por funcionários do Governo; em segundo lugar, porque incorpora pressupostos sobre a natureza dos obstáculos à produtividade na agricultura rural e sobre a sua relação com a pobreza rural que são ao mesmo tempo incorreto e prejudiciais. No artigo discute-se, primeiro, a forma como o conceito de “cultura do trabalho” tem sido usado recentemente em Moçambique, com base em documentos de políticas e exemplos de pesquisa rural. Mostra-se como o conceito está relacionado com as afirmações, também frequentemente repetidas, de que, em Moçambique, os camponeses são “produtores de subsistência” que participam no mercado de forma apenas periférica ou que lhes falta iniciativa. Discute-se, em seguida, os diversos significados de produtividade do trabalho na agricultura, com particular enfoque na agricultura capitalista. Defende-se que a produtividade do trabalho é determinada por resultados coletivos e não pelo esforço individual. Em seguida, discute-se como o conceito do camponês preguiçoso reflete a organização da mão-de-obra e do investimento, tanto no período colonial como no período socialista, e por que razão os pressupostos que lhe subjazem vêm confundir as discussões da produtividade laboral na agricultura atual.

A produtividade do trabalho individual é determinada, principalmente, pelo seu contexto social e não pelo esforço individual. As diferenças de produtividade do trabalho de indivíduo para indivíduo resultam de diversos fatores: esforço, quanto tempo trabalham, conhecimentos, força e ferramentas que usam. Cada um é afetado pela interação de processos sociais com características individuais. O esforço pode depender da disciplina externa, por exemplo, ou da responsabilidade que se sente para

⁴ Aparece agora como parte de uma acção prioritária (impulsionar e consolidar o diálogo social e a cultura do trabalho) incluída num objectivo estratégico (promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social) da Prioridade III (promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

com a família. Trabalhar mais tempo pode significar fazer mais coisas, mas o cansaço pode pôr em causa a produtividade. Os conhecimentos podem depender da educação ou da experiência de trabalho. A força pode depender da dieta ou das condições de saúde subjacentes. Pode limpar-se mais terra num dia com uma charrua do que com uma enxada, se se tiver tração animal, mas isso implica que se tenha recursos para tal.

Regulamentação laboral nas empresas agrícolas em Moçambique

Uma segunda área política controversa é a regulamentação do trabalho em empresas agrícolas concretamente, a definição dos salários mínimos na agricultura; a regulamentação de formas de pagamento a exigência legal de dar contratos de trabalho para desprecarizar o trabalho agrícola e a fiscalização da saúde e segurança no trabalho, segundo o Laughlin & Ibraimo, (2013) apontam para uma discussão deste último aspecto, em mercados que funcionem perfeitamente, o salário deve ser igual à produtividade marginal do trabalho. Porém, isto raramente se verifica na produção agrícola, já que a produtividade do trabalho varia em função de muitos factores exteriores ao processo imediato de cultivo.

A produção de chá em Moçambique faz-se, maioritariamente, em grandes propriedades com mão-de-obra contratada. Na pesquisa do IESE na Zambézia, os empregadores das explorações de chá referiram que a produtividade do trabalho nas plantações de chá do Malawi é maior do que em Moçambique, ao passo que os seus salários reais são mais baixos. Afirmaram que não podiam produzir chá de forma competitiva se fossem obrigados a pagar o salário mínimo nacional e a contribuir para a segurança social. Ao apresentar este argumento, ignoravam as outras diferenças entre as explorações de chá do Malawi e de Moçambique.

A produção de chá no País foi interrompida na Alta Zambézia durante os anos de guerra. As fábricas não foram modernizadas e Moçambique perdeu os seus canais regulares de comercialização. Embora a mão-de-obra constitua uma parte significativa dos custos de produção do chá, salários mais baixos não contrabalançarão estes outros entraves à produtividade do trabalho. O chá para o mercado internacional é classificado e avaliado em Nairobi, de modo que os custos de transporte são elevados. Além disso, disseram-nos, Guruè não tem altitude suficiente para a produção de chá de alta qualidade. Foram dadas concessões favoráveis de terras aos novos investidores, a quem também foram concedidos benefícios fiscais, precisamente porque a renovação da produção de chá exigiria grandes investimentos. Embora alguns novos proprietários estejam a plantar novas variedades e a investir nas suas fábricas, afirmam agora que precisam de regulamentação de salários mais baixos para financiar a inovação competitiva. É um retorno à lógica das plantações coloniais, em que o lucro dependia de salários baixos, em vez de investimentos que promovessem a produtividade do trabalho. ⁵De modo geral, deve examinar-se os pressupostos subjacentes às diferenças de salário mínimo entre a indústria e a agricultura. É verdade que o acesso

⁵ Emprego transformação económica e social em Moçambique.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

à terra significa que a produção familiar pode complementar o salário, mas requer intensificação do trabalho por outros membros da família, a terra não trabalha sozinha. As diferenças entre salários agrícolas e industriais são uma expressão do contrato social de género que externaliza parte dos custos de produção para as famílias rurais.

Mercados de trabalho de Moçambique

De uma análise do debate atual e da literatura sobre formas de trabalho prevalentes nas áreas rurais de Moçambique, verifica-se uma contradição em relação à importância do trabalho assalariado. Por um lado, a incidência do trabalho assalariado rural é indicada como marginal refletindo o facto de o meio rural ser assumido como dominado por produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência e dependente de trabalho familiar assumido fora do mercado de trabalho (GdM, 2011; World Bank, 2012). Assim, o trabalho assalariado rural é dado pouca importância. Os documentos de política pública, por exemplo, o PARP⁶ e o recente Programa Quinquenal do Governo PQG (2015-2019)⁷ estão subjacentes a esta literatura que tem, em grande medida, as suas análises baseadas em informação de inquéritos oficiais de grande escala. Por outro lado, o trabalho assalariado rural desenvolvido em formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas múltiplas e precárias é considerado predominante e relevante nas zonas rurais de Moçambique (Sender; Oya; Cramer, 2007; O'Laughlin; Wuyts, 2012; Castel-Branco, 1995; Massingarella; Nhate; Oya, 2005) estudos apontam que a maior parte desta evidência é suportada por estudos de campo que permitem captar padrões específicos prevalentes na economia rural. Perante este cenário, parece crucial investigar esta contradição para perceber o que de facto está a acontecer. O interesse em uma análise mais aprofundada da questão.

Visões diferentes sobre as áreas rurais nos debates actuais sobre trabalho

A análise da relevância ou da negligência do trabalho assalariado rural levanta interesse para a consideração sobre como o meio rural é visto de modo a perceber o que, de facto, está a acontecer na realidade. As áreas rurais de Moçambique continuam a albergar a maioria (cerca de 70%)⁸ da população total do país e registam altos níveis de pobreza⁹ monetária, com enfoque sobre o consumo, no país, sendo de 50,1%, segundo as estimativas oficiais mais recentes baseadas no Inquérito ao Orçamento Familiar, IOF (2014/2015) (INE, 2016; GdM, 2011). Duas maneiras distintas de tratar o meio rural são consideradas, nomeadamente: (i) economia rural de subsistência e dependente de trabalho familiar e (ii) economia rural estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais.

⁶ Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.

⁷ Nos últimos anos, o Governo optou por não produzir outro PARPA, tendo decidido manter os objectivos ligados à redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo do País, directamente, no PQG (GdM, 2016).

⁸ Segundo o Censo da População de 2007, a população moçambicana é de 20.632.434 de habitantes (INE, 2009).

⁹ A linha de pobreza média a nível nacional é 26,7 Meticais por pessoa por dia (INE, 2016).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

Segundo o Laughlin, (1996); O'Laughlin & Wuyts, (2012) ¹⁰apontam, assume-se que a força de trabalho rural está ligada a um sector tradicional assente em uma agricultura de subsistência dependente de mão-de-obra familiar que não participa sistematicamente no mercado onde a maioria é considerada pobre. As firmas e plantações comerciais de grande escala, incluindo associações e concessões de produtores integrados, englobam-se no sector considerado moderno. Praticamente nenhuma referência é feita ao trabalho assalariado rural, em especial agrícola, e sua relação com outras formas de trabalho indiretamente ou informalmente subordinadas ao capital, como é o caso da agricultura familiar, ao pressupor que a força laboral rural está fora do mercado de trabalho. O trabalho remunerado 'formal' é considerado integrado nos mercados de trabalho, enquanto o trabalho familiar e não remunerado é visto como não incluído, segundo o World Bank, (2012); GdM, (2011); GdM (2015). Sob esta visão estão assentes vários documentos de política nacional e abordagens convencionais implícitas nas intenções nacionais de desenvolvimento e de redução de pobreza. Este é o caso do PARP (2011-2014), do relatório publicado pelo Banco Mundial sobre emprego, WDR (2013-6) e do PQG (2015-2019), todos eles baseados na informação proveniente do convencional Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF). Em países como Moçambique, em que a maior parte da população vive nas zonas rurais, o trabalho assalariado não é considerado a forma predominante de trabalho. Estima-se que mais de 80% do emprego rural em Moçambique seja desenvolvido na agricultura ainda que a contribuição deste sector no PIB seja de apenas 30% (Word Bank, 2012). Grande parte da força laboral rural é considerada 'camponês, ainda que o reconhecimento de actividades não-agrícolas tenha intensificado. A maior parte das actividades não-agrícolas são consideradas como sendo desempenhadas em auto-emprego.

O EMPREGO FORMAL E INFORMAL NA CIDADE DE MAPUTO

Segundo Sachs-larran (1998) citado por Fragilde define, o desemprego como o conjunto de pessoas acima de uma determinada idade que estão sem trabalho, estão actualmente disponíveis para trabalhar e estão procurando trabalho durante o período de referência.

Desemprego: conjunto de pessoas com idade ativa de trabalhar, mas que, no entanto, se encontram sem trabalho (OIT, S/D).

¹¹Segundo o Cowell, (1990) citado por Gerxhani, (2004) apontou que a distinção do país é muito importante para entender a dinâmica do setor informal. Embora a literatura seja relativamente escassa, outro objetivo é analisar mais extensivamente o setor informal em países em transição demográfica, assim como analisar a contribuição da teoria da Escolha Pública para a literatura sobre o setor informal.

Keith Hart, (1971,1973) um antropólogo social - foi a primeira pessoa a trazer o termo sector informal (no contexto do Terceiro Mundo) para a literatura académica. Ele introduziu o conceito de sector informal para descrever uma parte da força de trabalho urbana, que trabalha fora do mercado

¹⁰ World Development Report 2013.

¹¹ Gerxhani (2004). The informal sector in developed and less developed countries - a literature survey (1)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

de trabalho formal. Hart considerava o setor informal como quase sinônimo de todas as categorias de (pequenos) autônomos. Posteriormente, isso foi tipicamente usado para se referir a formas de ganhar a vida fora da economia salarial formal, seja como uma alternativa a ela ou como um meio de complementar a renda auferida dentro dela. (Bromley e Gerry, 1979). Apontou que embora a noção original de setor informal de Hart seja limitada aos autônomos, a introdução do conceito possibilitou a incorporação de atividades que antes eram ignoradas nos modelos teóricos de desenvolvimento e nas contas econômicas nacionais (Swaminathan, 1991). Esta foi uma característica importante do uso subsequente do termo.

MÉTODO

Em termos metodológicos, para o presente trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica que versa sobre a situação de trabalho em Moçambique, assim como no contexto geral, analisou-se alguns relatórios oficiais de organismos internacionais sobre emprego em Moçambique. Foram feitas algumas entrevistas informais a classe dos jovens recém-formados nas universidades moçambicanas por forma a se ter o real estágio do emprego na cidade de Maputo, assim como para adoptar estratégias de acções na mitigação dessa situação.

CONSIDERAÇÕES

As concepções diferentes sobre o emprego em Moçambique e no mundo, tem sido influenciadas pelas diferentes políticas e visão do maior empregador que neste caso o estado moçambicano.

As concepções de modos de capacitação intelectual tem sido fortificadas através de diversas campanhas no intuito de elevar o nível de escolaridade da sua população jovem, toda via, o desenvolvimento de um país também vem sendo condicionado pelo nível de escolaridade que a sua população tem em diversas áreas do saber fazer, tanto a nível científico, assim como a nível laboral.

A sua mais valia reside no facto de ser refem às oportunidades disponíveis no meio em que o indivíduo se encontra inserido, para que acumule experiências e conhecimentos para gerar riqueza material para o país e para sua família através da edificação das infraestruturas económicas e sociais no país.

A instabilidade em Cabo Delgado e noutras zonas da região Norte e centro do país que duram mais de 10 anos, o ambiente para a abertura ou renovação da força de trabalho e a consequente redução dos níveis de frustração e da pobreza nos jovens tornou-se de alguma forma mais acentuada.

As oportunidades de emprego por meio do Estado vem sendo escassas para algumas áreas do conhecimento, tendo que alguns jovens veem os seus sonhos frustrados em termos da aplicação dos conhecimentos adquiridos na academia, pois muitos dos jovens acabam se refugiando para a polícia ou academia militar para garantirem satisfazer as suas necessidades de emprego e não da aplicação do conhecimento adquirido na academia.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
Anísio Jorge Jeque

Todavia, há que recomendar as entidades competentes a fazerem o acompanhamento das políticas da população, assim como a sua dinâmica para garantir o desenvolvimento sustentável do país para todas as áreas do saber e do fazer que o país dispõe.

REFERENCIAS

ALFORD, R. R.; FEIGE, E. L. Information Distortions in Social Systems: The Underground Economy and other Observer-Subject-Policymaker Feedbacks. *In: Feige (Ed.). **The Underground Economy: Tax Evasion and Information Distortion**, 57-81. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.*

ALI, R. **Informação sobre mercados de trabalho em Moçambique**: algumas lacunas metodológicas, implicações e desafios». Boletim Ideias n.o 102. Maputo: IESE, 2018.

ALI, R. Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique?. *In: ALI, R. et al. (eds.). **Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique**. Maputo: IESE, 2017. p. 63-86.*

ALI, R.; MUIANGA, C. Emprego e condições sociais de trabalho nas agroindústrias: contradições e desafios. *In: BRITO, L. De et al. (eds.). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, 2016. p. 255-267.*

AMARAL, I. A importância do sector informal na economia urbana em países da África Subsariana. **Finisterra**, v. 40, n. 79), 2005.

CASTELO-BRANCO, C. N. Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. *In: BRITO, L de. et al. (eds.). **Desafios para Moçambique 2017**. Maputo, IESE, 2017. p. 99-164.*

CHICHAVA, S. "Por que Moçambique é pobre?" Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza. *In: **II Conferência IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique**, Maputo, 2009.*

CRUZ E SILVA, T. **A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho**: o papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal-ASSOTSI (No. 377424). [S. l.: s. n.], 2005.

FAGILD, G.; SYLVESTRE, M. **O desemprego em Moçambique**: Causas, características e contribuição de uma nova medida de cálculo na análise da pobreza. Doctoral (dissertation). [S. l.: s. n.], 2008.

GDM. **Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014**. Maputo: Governo de Moçambique, 2011.

GDM. **Programa Quinquenal do Governo 2015-2019**. Maputo: Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 2015.

GERXHANI. **The informal sector in developed and less developed countries - a literature survey**. [S. l.: s. n.], 2004

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital**. Lisboa: Edições Avante, 1975.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE TRABALHO E EMPREGO EM MOÇAMBIQUE, NA CIDADE DE MAPUTO
 Anísio Jorge Jeque

MASSINGARELA, C.; NHATE, V.; OYA, C. **Mercados Rurais de Emprego em Moçambique**: um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia. Maputo: MPD, 2005.

MATTOSO, J. E. L. Trabalho sob fogo cruzado. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 1, p. 13-21, 1994.

MORAES FILHO, Evaristo. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 8. ed São Paulo, Ltr, 2000, p. 227.

O'LAUGHLIN, B. A questão agrária em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, v. 3, p. 9-32, 1981.

O'LAUGHLIN, B. Land, labour and the production of affliction in rural Southern Africa. **Journal of Agrarian Change**, v. 13, n. 1, p. 175-196, 2013.

SENDER, John, OYA, Carlos; CRAMER, Christopher. 'Mulheres que Trabalham por Salário: Colocando Carne nos Ossos de uma Pesquisa do Mercado de Trabalho Rural em Moçambique.' **Jornal de Estudos da África Austral**, v. 32, n. 2, p. 313-333, 2006.

SILVA, Tayne Pereira. **Trabalho, identidade e Sociabilidade**: Uma análise do Comércio Ambulante de Alimentos nas Rúas de Goiane. Goiania: Universidade Federal de Goiás, 2014.

SOUZA, D. M. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do Microempreendedor Individual**. [S. l.: s. n.], 2010.

VALTICUS, Nicolas; SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 2. ed. 2000. p. 52.

WORLD BANK. **Development Report**. [S. l.]: World Bank, 2013.

ZYLBERSTAJN, H.; NETO, G. B. As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego. **Estudos Econômicos**, (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 129-149, 2016.